



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO Nº 0118/2017

Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o Município de Piau e Maria Aparecida do Carmo Ferreira ME.

O Município de Piau, com sede na Rua Silva Jardim, nº 67, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Aparecido Rezende de Castro, brasileiro, assinou este Contrato, bem como a Sra. Maria Aparecida do Carmo Ferreira, brasileira, representante legal da empresa Maria Aparecida do Carmo Ferreira ME., CNPJ 16.779.286/0001-95, situada na Rua José David Nasser, nº 25, Francisco Bernadino, Juiz de Fora - MG, CEP 36081-640, cujo objeto é a aquisição de material permanente, já aprovados pelos Conselhos Municipais, para desempenhar as atividades dos Cras e Assistência Social.

Primeira: Para os efeitos das disposições contratuais, o Município de Piau será designado pela sigla **MUNICÍPIO** e a Maria Aparecida do Carmo Ferreira ME. por **CONTRATADA**.

SEGUNDA: A proposta fica fazendo parte integrante do Presente Contrato, ao qual se incorpora sem prejuízo das demais cláusulas;

TERCEIRA: Os serviços contratados, objeto do presente Contrato, de acordo com suas especificações e propostas tem o valor de R\$ 11.143,00 (onze mil cento e quarenta e três reais).

A CONTRATADA assume, neste ato, a responsabilidade direta e total pelos serviços.

QUARTA: O preço global estimado dos serviços contratados é de R\$ 11.143,00 (onze mil cento e quarenta e três reais) e nele estão incluídas todas as despesas com tributos, pessoal, contribuições sociais, peças, transportes, descarga e quaisquer outras despesas incluídas na transação.

QUINTA: O pagamento será efetuado em parcela única por depósito em Conta-Corrente em banco o qual seja o contratado correntista, após o fornecimento do serviço.

SEXTA: Os preços ora contratados são fixos e irrevogáveis, de acordo com as condições da Lei 9.069 de 29/06/95 que dispõe sobre o Sistema



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monetário Nacional que não permite reajuste no primeiro ano de contrato, assegurada manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei 8.666/93.

SÉTIMA: Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o **CONTRATADO** requerer revisão dos valores face ao art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93. O equilíbrio econômico – financeiro será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do **MUNICÍPIO**.

OITAVA: Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento por responsabilidade do **MUNICÍPIO**, este se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido pro-rata entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

NONA: O prazo contratual é de 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura, sendo o prazo apenas necessário para o cumprimento da obrigação que se fará de maneira una.

DÉCIMA: A **CONTRATADA** estará sujeita ao pagamento de uma multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da licitação não realizada, quando deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, além das outras penalidades constantes do Capítulo XI do Edital;

DÉCIMA PRIMEIRA: O **MUNICÍPIO** poderá, dentro do prazo contratual, reduzir ou aumentar em até 25% (vinte e cinco por cento) o valor deste contrato, ficando o **CONTRATADO** na obrigação de reduzi-lo ou aumenta-lo, nas mesmas bases de preços oferecidos.

DÉCIMA SEGUNDA: A **CONTRATADA** se obriga a manter sob sua única e exclusiva responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços contratados, reconhecendo, também, que é de sua única e exclusiva responsabilidade os danos que vier a causar ao **MUNICÍPIO**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, responsabilizando-se pelos ressarcimentos e indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar, em decorrência da execução dos serviços, objeto do presente contrato, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

DÉCIMA TERCEIRA: a **CONTRATADA** se obriga, neste ato, a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DÉCIMA QUARTA: A **CONTRATADA** se obriga, também, a executar os serviços dentro dos padrões técnicos recomendáveis e das especificações fornecidas, responsabilizando-se pela boa execução dos serviços.

DÉCIMA QUINTA: A **CONTRATADA**, por si ou por seu empregado, é responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do **MUNICÍPIO** pelo seu fiscal.

DÉCIMA SEXTA: Fica a **CONTRATADA** obrigado a obedecer, rigorosamente, as normas de segurança do trabalho, sob pena de impedimento do trabalho do empregado sem os equipamentos devidos e suspensão dos pagamentos e, até mesmo, suspensão de todo o trabalho, respondendo o mesmo por perdas e danos. Toda e qualquer solução sob normas de segurança do trabalho (de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência) será de responsabilidade exclusiva do **CONTRATADO**.

DÉCIMA SÉTIMA: a **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as despesas referentes aos materiais e equipamentos necessários a excelente execução dos serviços.

DÉCIMA OITAVA: O **MUNICÍPIO** poderá rescindir este contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a **CONTRATADO**:

- a) Falir, entrar em falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Transferir em parte, as obrigações decorrentes deste contrato, sem prévia anuência do Sr. Prefeito Municipal;
- c) Não prestar os serviços dentro dos prazos estipulados;
- d) Ainda por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e exarada no processo administrativo a que se refere este instrumento.

DÉCIMA NONA: Aplica-se à execução deste contrato a Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como disposições legais pertinentes à matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

VIGÉSIMA: As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Rio Novo /MG, com renúncia expressa de qualquer outro porventura existente, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavrou-se este Contrato, que vai assinado pelas partes na presença de duas testemunhas.

Piau/MG, 28 de junho de 2017.

Gilmar Aparecido Rezende de Castro
Prefeito Municipal

Maria Aparecida do Carmo Ferreira ME
Maria Aparecida do Carmo Ferreira

TESTEMUNHAS:

